



JANEIRO / 2026

FITOTERÁPICOS: o que o Brasil precisa fazer para liderar esse mercado?

INSTITUTO
ESCOLHAS



1. Introdução

Em 2024, o Instituto Escolhas lançou o estudo *Fitoterápicos: como destravar essa cadeia a partir da agricultura familiar*, que mostra por que o Brasil, apesar de ser um dos países mais ricos em biodiversidade, ocupa posição inexpressiva no mercado global dos medicamentos feitos à base de plantas.

O comércio global desse segmento foi avaliado em US\$ 216,4 bilhões em 2023, enquanto no Brasil o faturamento do setor atingiu apenas 0,1% desse valor em 2022 (US\$ 173 milhões). A publicação também mostrou que somos importadores líquidos em todos os elos dessa cadeia produtiva, ou seja, importamos mais do que exportamos, com déficits bilionários em nossa balança comercial.

Neste novo estudo, elaborado em parceria com o Einstein Hospital Israelita, o Instituto Escolhas aprofunda esse diagnóstico e faz uma comparação com a Alemanha, que é o país referência no assunto. O estudo mostra o que o Brasil precisa fazer para destravar a cadeia produtiva dos fitoterápicos. Ao final, apresenta nove propostas para levar o país à posição de líder em um mercado mundial que deve chegar a US\$ 437 bilhões em 2032.

US\$

173MI

O faturamento do setor no Brasil atingiu apenas 0,1% do valor global em 2022:

2. Brasil x Alemanha: uma comparação que evidencia as fragilidades da política de fitoterápicos brasileira

A comparação entre Brasil e Alemanha, país referência na produção e comercialização de medicamentos fitoterápicos, revela enormes disparidades. No país europeu, os medicamentos à base de plantas movimentaram, em 2023, US\$ 2,5 bilhões¹, um montante muito maior do que o brasileiro, estimado em U\$ 170 milhões. Mesmo sendo um país mais populoso e rico em biodiversidade, nosso mercado é 14,7 vezes menor do que o alemão.

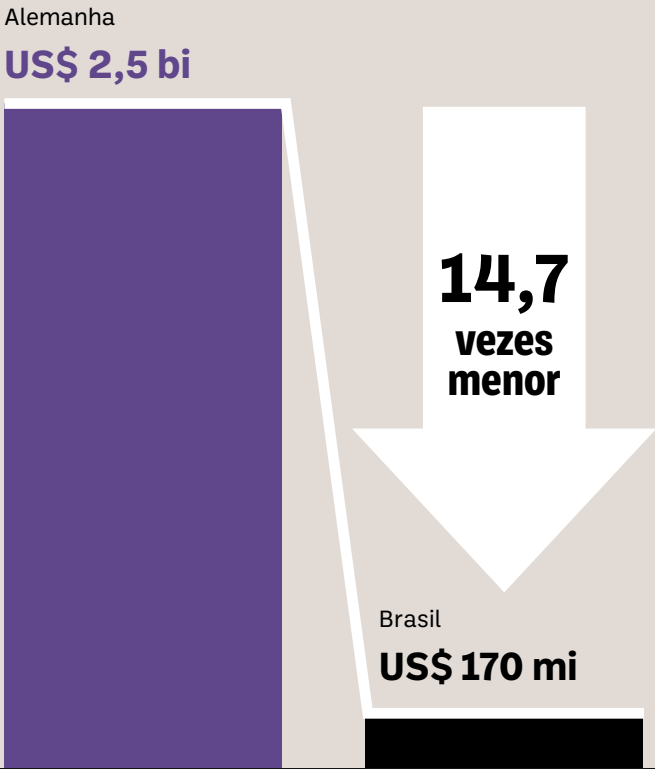
Em 2024, por exemplo, nós importamos da Alemanha US\$ 9,8 milhões em extratos vegetais para a produção de medicamentos fitoterápicos. Em contrapartida, exportamos para eles US\$ 1,8 milhão em plantas e U\$ 2,9 milhões em sucos e extratos vegetais para usos diversos². Esse dado revela que, na cadeia dos fitoterápicos, nós exportamos plantas *in natura*, que são produtos de baixo valor agregado, para importarmos extratos vegetais, produtos de maior valor agregado que servem de insumo para a fabricação dos medicamentos. **Exportamos matéria bruta para importarmos inovação.**

A diferença não é por acaso. Na Alemanha, a fitoterapia faz parte da **prática médica formal e há incentivos estruturados tanto para o uso clínico de fitoterápicos quanto para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P&D&I)**. O sistema público reembolsa pacientes pela compra de medicamentos fitoterápicos prescritos por profissionais de saúde, fortalecendo o acesso a eles e estimulando o mercado interno. O modelo regulatório alemão também contribui para esse cenário: estabelece regras rigorosas que garantem qualidade e segurança ao mesmo tempo que mantém os custos viáveis e a competitividade da indústria.

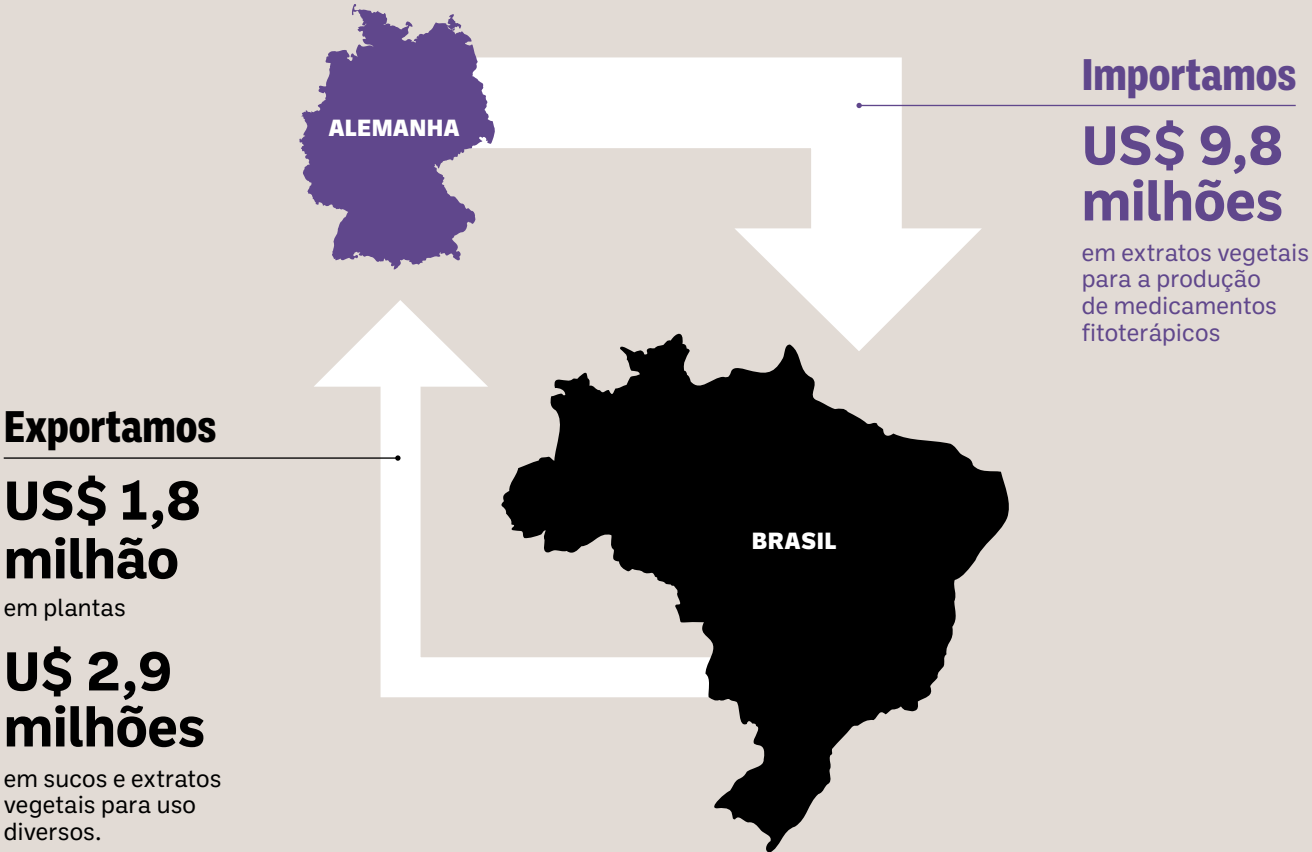
¹ Em 2023, os medicamentos fitoterápicos registrados na Anvisa movimentaram R\$ 850,1 milhões (US\$ 170 milhões), conforme o Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico 2023 (BRASIL, 2024).

² A classificação oficial para exportações é mais abrangente do que para importações e inclui diversos tipos de uso, não sendo possível discriminar o quanto do montante exportado é destinado à produção de fitoterápicos. Mesmo assim, os números revelam o déficit na balança comercial brasileira. Na melhor das hipóteses, caso todos os sucos e extratos fossem destinados à produção de medicamentos fitoterápicos (o que não é o caso), nossas exportações seriam 3,3 vezes menor do que nossas importações.

QUANTO O
MERCADO DE
FITOTERÁPICOS
MOVIMENTOU
EM 2023



EXPORTAÇÕES
E IMPORTAÇÕES
EM 2024



No Brasil, o **ecossistema de pesquisa e inovação é fragmentado. As pesquisas acadêmicas para descobertas de novas espécies vegetais com potencial terapêutico não resultam em medicamentos fitoterápicos.** Falta uma sequência organizada e estruturada que conecte a pesquisa experimental de novas espécies vegetais, os estudos preliminares (não clínicos), os ensaios clínicos para testar a eficácia e a segurança dos medicamentos e, finalmente, o registro sanitário. Esse cenário ajuda a explicar por que o Brasil apresenta um número expressivo de patentes, mas enfrenta dificuldades em transformá-las em inovação farmacêutica³. Depositadas por universidades e instituições públicas de pesquisas, as patentes não avançam para fases de desenvolvimento tecnológico, validação regulatória e exploração econômica.

Superar essa fragmentação é essencial para consolidar um ciclo virtuoso de inovação. Comprovadas a segurança e a eficácia dos fitoterápicos, abre-se uma oportunidade estratégica para sua utilização não apenas como tratamento principal, alternativo ou complementar, mas também como ferramenta concreta de ampliação do acesso à saúde. Nesse contexto, os fitoterápicos destacam-se como instrumentos capazes de articular o cuidado integrativo com a valorização do conhecimento tradicional e da biodiversidade brasileira.

A pesquisa e a inovação tornam-se, assim, a porta de entrada para a industrialização desses medicamentos, impulsionando a criação de uma indústria nacional de base fitoterápica robusta, sustentável e socialmente comprometida. Tal movimento promove o desenvolvimento econômico regional, gera empregos e fortalece cadeias produtivas locais, ao mesmo tempo que amplia o acesso da população a terapias seguras e eficazes.

³ O Brasil registrou 1.111 patentes desde 1964. É um número maior do que o dos alemães, que somam 975 patentes.



Os fitoterápicos se destacam como instrumentos capazes de articular o cuidado integrativo com a valorização do conhecimento tradicional e da biodiversidade brasileira.

As **parcerias entre indústria e poder público** também têm sido insuficientes no Brasil. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), que tem obtido êxito na produção de medicamentos alopáticos, não contempla a fitoterapia em seus instrumentos estratégicos. As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que integram instituições públicas e privadas para fortalecer a capacidade produtiva e tecnológica, por sua vez, não incorporam nem a produção, nem a pesquisa e nem o desenvolvimento de fitoterápicos.

Além disso, a fitoterapia está pouco integrada à **formação** e às **práticas médicas** no Brasil. O tema, por exemplo, não está incluído nas Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação (MEC) para diferentes graduações das área de saúde, como medicina. Os profissionais que se interessam pelo assunto buscam formação por conta própria. 67% das especializações ocorrem na modalidade de educação à distância, 89% são classificadas na área de saúde e bem-estar e 47% são ofertadas na região Sudeste. O distanciamento entre a fitoterapia e a formação dos profissionais da saúde dificulta a prescrição desses medicamentos e limita nosso mercado.

As compras públicas de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não têm sido utilizadas para fomentar a demanda de fitoterápicos. Em 2024, em todo o país, foram registrados 48.537 atendimentos médicos que utilizaram fitoterápicos. Em comparação, no mesmo período, apenas de insulina, foram dispensadas 895.928 doses, apenas de insulina, o que corresponde a uma média de 74.661 doses mensais. Ou seja, a soma de todos os tratamentos fitoterápicos registrados no SUS em um ano, para o enfrentamento dos mais variados males, é inferior ao número de doses mensais de insulina, fármaco dispensado para um número relativamente limitado de doenças, principalmente diabetes.

A falta de incentivos públicos à fitoterapia também é evidenciada pelo **orçamento federal**. Entre 2012⁴ e 2025, a ação orçamentária de *apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS* acumulou meros R\$ 186,18 milhões. O pico orçamentário se deu em 2024, com R\$ 46,1 milhões, sendo R\$ 37 milhões empenhados e R\$ 9,09 milhões pagos. Os valores pagos em 2024 representaram apenas 0,07% do valor total pago nas ações de *Assistência Farmacêutica* nesse mesmo ano, fato que relegou a ação de *apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos* ao último lugar na lista de prioridades do SUS.

⁴ Ano de criação da linha orçamentária de apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS.

A soma de todos os tratamentos fitoterápicos registrados no SUS em um ano, para o enfrentamento dos mais variados males, é inferior ao número de doses mensais de insulina.

Em 2024, apenas

0,07%

dos recursos da *Assistência Farmacêutica* do SUS foram para a fitoterapia.

3.

9 propostas para o Brasil se tornar o líder mundial dos medicamentos fitoterápicos



EIXO 1

INCENTIVOS À PESQUISA E INOVAÇÃO, EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Proposta 1

Integrar a descoberta de novas espécies vegetais com o desenvolvimento de novos medicamentos

Para que as espécies identificadas por universidades e centros de pesquisa resultem em medicamentos acessíveis à população, é necessário estruturar um pipeline contínuo, da pesquisa experimental aos estudos não clínicos, dos ensaios clínicos ao registro sanitário. Esse processo pode ser fortalecido por editais de fomento que orientem os pesquisadores financiados a se alinharem às normas da Anvisa, criando condições para futura validação regulatória. A conexão desses resultados com a indústria é essencial para possibilitar transferência de tecnologia, escalonamento produtivo e parcerias público-privadas, assegurando que a inovação científica se traduza em medicamentos efetivamente disponíveis para o SUS e para o mercado.

Proposta 2

Estimular a realização de estudos clínicos sobre os efeitos de fitoterápicos por meio de editais de fomento

O governo federal deve financiar os estudos clínicos para provar a eficácia e segurança de novos medicamentos, compartilhando com a indústria os altos custos e riscos das pesquisas para validação e registro de novos fitoterápicos. O fortalecimento da base científica gerada pelos ensaios clínicos aumenta a confiança dos profissionais de saúde, favorecendo a prescrição, e contribui para ampliar a oferta de fitoterápicos no Brasil, tanto para o SUS quanto para o setor privado.

Proposta 3

Utilizar os Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFOs) para produção de fitoterápicos

Os laboratórios públicos devem atuar na produção inicial de fitoterápicos prioritários para o SUS, transferindo tecnologia para a iniciativa privada em seguida. Os LFOs têm uma função indutora, o que mostra a viabilidade da produção industrial em escala e garante padrões de qualidade. O Brasil tem experiência consolidada nessa estratégia, com histórico de produção de medicamentos alopáticos para o SUS. A capacidade já está instalada, basta redirecioná-la para a fitoterapia.



EIXO 2

COMPRAS PÚBLICAS PARA FOMENTAR A PRODUÇÃO DE FITOTERÁPICOS

Proposta 4

Centralizar a compra de medicamentos fitoterápicos pelo Ministério da Saúde (MS) e distribuir para estados e municípios

O Ministério da Saúde deve adquirir, em grandes volumes, os fitoterápicos priorizados na lista oficial do SUS⁵ e distribuí-los a estados e municípios, garantindo o fornecimento contínuo e padronizado em todo o país. Isso padronizaria a qualidade dos medicamentos fornecidos, melhoraria a logística de distribuição e incentivaria a indústria a produzir fitoterápicos em razão da maior previsibilidade da demanda.

Proposta 5

Incluir medicamentos fitoterápicos no Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB)

Os fitoterápicos industrializados, seguros e registrados na Anvisa, devem ser adicionados ao elenco do PFPB permitindo seu fornecimento com gratuidade e ampliando o acesso seguro na atenção básica. Com isso, ampliam-se as opções terapêuticas na atenção básica de saúde, especialmente em localidades com menor oferta pelo SUS. O consequente aumento da demanda pelos fitoterápicos também constitui incentivo para a indústria produzir os medicamentos.

5
Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename).



EIXO 3

FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROTOCOLOS PARA INCENTIVAR A PRESCRIÇÃO MÉDICA

Proposta 6

Estimular o uso de medicamentos fitoterápicos por meio de sua inclusão em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e em Recomendações de Uso do Conselho Federal de Medicina (CFM)

Tanto os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, quanto as recomendações de uso do CFM⁶ orientam a atuação dos profissionais de saúde. A inclusão dos fitoterápicos nesses documentos adiciona *mais um* grau de segurança para a utilização desses medicamentos como alternativa ou complemento terapêutico, estimulando sua prescrição pelos médicos e uso pelos pacientes⁷.

Proposta 7

Inserir disciplinas de fitoterápicos nas graduações de medicina

É necessário que o MEC, em articulação com o MS e o Conselho Nacional de Educação (CNE), inclua disciplinas obrigatórias e padronizadas em cursos de medicina, a fim de complementar o uso seguro, a regulação sanitária e as políticas públicas de fitoterápicos. Ao fortalecer a formação técnico-científica para o uso seguro dos fitoterápicos, estimula-se tanto o uso desses medicamentos como alternativa terapêutica e o desenvolvimento de um ambiente acadêmico propício para novas descobertas científicas sobre a fitoterapia.

6 Por meio de pareceres ou resoluções orientativas.

7 Importante lembrar que fitoterápicos registrados ou notificados, independentemente de outros registros, já atendem aos requisitos de segurança, eficácia e qualidade estabelecidos pela Anvisa, sendo, portanto, medicamentos seguros.



EIXO 4

GOVERNANÇA

Proposta 8

Criar uma coordenação da política industrial de fitoterápicos no âmbito do MDIC

Para que o Brasil tenha uma política industrial para os fitoterápicos é preciso que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) coordene a atuação governamental em articulação com o Ministério da Saúde (MS) e outros ministérios. A centralização no MDIC garante alinhamento com a Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo, o Nova Indústria Brasil e estratégias de inovação tecnológica e exportação. Além disso, o MDIC dispõe de maior capilaridade em políticas de acesso a crédito produtivo, incentivos à inovação, acordos de competitividade e integração em cadeias globais de valor. Essa estrutura permite fomentar desde a produção agrícola de espécies medicinais até a industrialização e a inserção internacional dos produtos.

Proposta 9

Fortalecer as Farmácias Vivas como componente estratégico de abastecimento e acesso

O governo federal precisa assegurar o orçamento contínuo e a previsibilidade de financiamento para essas farmácias, que produzem medicamentos fitoterápicos localmente, além de garantir o acesso a linhas de fomento e crédito para sustentabilidade de longo prazo.

Estudo idealizado pelo Instituto Escolhas

Número ISBN

978-65-86405-81-1

Como citar

Instituto Escolhas. **“Fitoterápicos: o que o Brasil precisa fazer para liderar esse mercado?”** Sumário Executivo. São Paulo, 2026.

Coordenação executiva

Rafael Giovanelli (Instituto Escolhas)

Vivian Pereira de Brito (Einstein Hospital Israelita/ Eretz.bio)

Redação

Rafael Giovanelli (Instituto Escolhas)

Edição de texto

Sergio Leitão (Instituto Escolhas)

Sidney Klajner, Camila Hernandes Pinheiro, Bruna Cestari de Azevedo (Einstein Hospital Israelita/ Eretz.bio)

Equipe de pesquisa

Camila Hernandes Pinheiro, Lucas Hernandes Correa, Bruna Cestari de Azevedo, Marina Martins Siqueira, Thais Ribeiro Pinto Bravo, Vitor Ulisses Monnaka (Einstein Hospital Israelita/ Eretz.bio)

Coordenação Editorial

Marcelo Coppola (Instituto Escolhas)

Colaboração Técnica

Ana Maria Soares Pereira e Fabio Carmona

Revisão de texto

Página Viva

Edição de arte e Capa

FIB | Fábrica de Ideias Brasileiras

Veja o estudo completo em

escolhas.org/biblioteca/estudos-instituto-escolhas/

Realização



Apoio



ESCOLHAS.ORG

Siga o Instituto Escolhas



Licença Creative Commons

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

Atribuição-NãoComercial
4.0 Internacional.